

TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

24/08/2026

Sumário

1. MPE impugna três registros de candidatos a deputado em Goiás | O Popular

2. “Criança não vota”, afirma Edson Ferrari ao cobrar prioridade para a primeira infância em Goiás - Tribuna do Planalto

O POPULAR ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
23/08/2026 03:00

MPE impugna três registros de candidatos a deputado em Goiás | O Popular

Visualizar notícia

Fonte original

MPE impugna três registros de candidatos a deputado em Goiás
Ao todo, dez nomes aparecem em listas de contas irregulares do TCU, TCM-GO e TCE-GO, porém, nem todos estão sujeitos à inelegibilidade

Fabiana Pulcineli

23 de agosto de 2026 às 21:22
Modificado em 23/08/2026, 21:38

Tribunais de Contas da União (TCU), dos Municípios (TCM-GO) e do Estado (TCE-GO) têm listas de candidatos com contas irregulares (Leopoldo Silva/Agência Senado)

ouvir matéria

O Ministério Público Eleitoral (MPE) impugnou três registros de candidatos a deputado em Goiás que aparecem em listas de contas irregulares dos Tribunais de Contas da União (TCU) e dos Municípios (TCM-GO). Ao total, dez candidatos integram as listas, considerando também a do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), mas a inclusão nos cadastros não significa que todos estejam sujeitos à inelegibilidade.

Foram alvos de pedido de indeferimento do registro os ex-prefeitos de Bom Jesus de Goiás Adair Henriques da Silva (PSDB), conhecido como Vovô do Jeep; de Trindade Ricardo Fortunato (Democrata); e de Serranópolis Lidevam Lima (PSB). O primeiro é candidato a deputado federal e os outros dois tentam vaga na Assembleia Legislativa (Alego).

Em outros dois casos, o MPE não atuou e a coligação do PT na disputa ao governo estadual protocolou documentos chamados "notícia de inelegibilidade" a serem apreciados pela Justiça Eleitoral, tendo como base as listas de contas irregulares. Os alvos são o ex-deputado estadual Henrique Arantes (PSDB) e o ex-vereador Paulo da Farmácia (Republicanos), ambos candidatos a deputado federal.

No processo do Vovô do Jeep, o procurador regional eleitoral Everton Aguiar pede o indeferimento do registro de candidatura por contas julgadas irregulares pelo TCU em 2020 e pela suspensão dos direitos políticos em outra ação por improbidade. O TCU indicou contratação irregular de artistas e não comprovação de destino de recursos do Ministério do Turismo na gestão dele em Bom Jesus de Goiás.

O procurador afirma se tratar de irregularidade insanável que configura ato doloso de improbidade administrativa, o que implica em inelegibilidade. O POPULAR entrou em contato com a defesa do ex-prefeito, que afirmou que apresentaria seus argumentos contra a ação, mas não deu retorno até o fechamento da edição. A assessoria do PSDB afirmou que ele terá condições de comprovar a reversão dos processos e a elegibilidade.

Nos argumentos a favor do indeferimento do registro de Fortunato, o procurador regional cita dois acórdãos do TCU com julgamento de contas irregulares do período em que foi prefeito de Trindade, relacionados a recursos federais para urbanização e esportes. Fortunato disse ao POPULAR que não há comprovação de dolo específico nas decisões e que está confiante no deferimento do registro.

"Nem todo julgamento de conta irregular implica em inelegibilidade. No meu caso, estou absolutamente tranquilo", afirmou, depois de enviar à reportagem as decisões dos dois processos.

Com a mudança na Lei de Improbidade Administrativa, em 2021, a jurisprudência da Justiça

Eleitoral passou a exigir o dolo específico para a incidência da inelegibilidade. Isso significa comprovar a "vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito".

No caso de Lidevam, o procurador regional eleitoral auxiliar Raul Batista Leite apontou a rejeição das contas de 2017, pela Câmara de Serranópolis, após parecer favorável do TCM-GO que constatou "insanáveis ilícitos fiscais". O MPE também citou rejeição das contas de 2018, falta de quitação eleitoral e ainda cassação do mandato por captação ilícita de sufrágio e abuso de poder econômico.

"Seu histórico é marcado por vilipêndio à moralidade eleitoral", diz a petição. A reportagem não conseguiu contato com o ex-prefeito e não há registro de advogados na ação. O MPE relata que, ao se defender no processo na Câmara em 2019, ele admitiu as falhas e tentou esquivar-se atribuindo os erros à "falta de competência de assessoria".

Henrique Arantes afirmou à reportagem que há "zero risco" de não ter seu registro deferido porque não houve reconhecimento de dolo em seu julgamento no TCU. O processo diz respeito ao período em que ele foi secretário estadual de Cidadania (2011-2015) e era gestor de convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego para ações de qualificação.

Paulo da Farmácia teve contas rejeitadas também pelo TCU relacionadas ao Fundo Nacional de Saúde por não comprovação da boa aplicação de recursos do Programa Farmácia Popular, de 2014 e 2015, recebidos pela empresa dele. O candidato disse que desconhece a notícia de inelegibilidade registrada e que comentaria depois de se inteirar.

O prazo legal para impugnação por parte do MPE, candidatos ou de partidos é de cinco dias após a publicação do edital contendo os pedidos de registro. O PT registrou notícia de inelegibilidade porque o prazo já havia se esgotado.

A reportagem questionou o MPE sobre os procedimentos de avaliação das listas dos tribunais de contas e dos motivos pela impugnação em alguns casos e pela omissão em outros, mas não recebeu resposta até o fechamento desta edição.

TRIBUNA DO PLANALTO ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
23/08/2026 16:41

“Criança não vota”, afirma Edson Ferrari ao cobrar prioridade para a primeira infância em Goiás - Tribuna do Planalto

Visualizar notícia

Fonte original

A primeira infância, período que vai até aos seis anos, ainda está distante de ser tratada como prioridade efetiva nas políticas públicas brasileiras. Em Goiás, os indicadores revelam dificuldades que vão desde o acesso à educação infantil até a cobertura vacinal e a atenção básica em saúde. Para o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) Edson Ferrari, presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância do Instituto Rui Barbosa (IRB), o problema não está apenas na quantidade de vagas oferecidas, mas na qualidade do atendimento e na capacidade do poder público de integrar diferentes áreas em torno da criança.

“Criança não vota. Ela não tem força de pressão. Quem tem que ter força de pressão é a sociedade, são as instituições civis que têm que pressionar o governo”, afirma Ferrari. Para ele, a ausência de pressão social ajuda a explicar por que problemas conhecidos há anos continuam sem solução.

A avaliação ocorre no momento em que Goiânia recebe, entre os dias 26 e 28 de agosto, o III Encontro Nacional da Primeira Infância (ENAPI), que reúne tribunais de contas, gestores públicos, pesquisadores e representantes da sociedade civil para discutir políticas voltadas às crianças de zero a seis anos. O evento também apresenta dados de auditorias e indicadores utilizados pelos órgãos de controle para avaliar não apenas a aplicação dos recursos públicos, mas os resultados efetivamente produzidos pelas políticas.

Segundo os dados apresentados pelo TCE-GO, nenhum dos 12 indicadores nacionais de primeira infância avaliados está no nível considerado ideal. Nove aparecem na faixa de “cuidado e alerta” e três estão em “alerta máximo”: mortalidade materna, percentual de cesáreas e acesso de crianças às creches.

Em Goiás, o cenário chama atenção principalmente na educação infantil. Apenas 28,5% das crianças estão matriculadas em creches, enquanto a média brasileira é de 38,28%. Em Goiânia, o percentual chega a 36,34%. O Estado também apresenta 81,24% das crianças na pré-escola.

Para Ferrari, entretanto, ampliar o número de matrículas é apenas uma parte do problema. “Você oferece a vaga de creche, mas você tem que construir creche. Tendo a creche, você tem que dar qualidade para o que está oferecendo”, afirma. Segundo ele, isso envolve infraestrutura adequada, número suficiente de profissionais e qualificação dos servidores.

O conselheiro também critica situações de superlotação em salas de educação infantil. Segundo ele, há casos em que espaços que deveriam atender aproximadamente 13 ou 14 crianças recebem 18 ou 19, além de equipes insuficientes para acompanhar os alunos. Na avaliação dele, ampliar o número de matrículas sem garantir estrutura e profissionais pode produzir um aumento quantitativo sem representar avanço na qualidade da educação.

O debate sobre creches ganhou dimensão ainda maior após auditorias realizadas pelos tribunais de contas. Levantamento apresentado no contexto do ENAPI aponta que Goiás precisa criar 3.380 novas salas de aula e realizar um investimento estimado em R$ 2,6 bilhões para zerar a fila por vagas em creches, que ultrapassa 43 mil crianças.

O número evidencia a dimensão financeira do desafio, mas também levanta uma questão sobre como os municípios estão planejando a expansão da educação infantil. Para Ferrari, o foco não pode estar apenas na abertura de novas vagas. É necessário estabelecer critérios de qualidade e acompanhar os resultados do investimento.

A crítica se estende aos indicadores educacionais. Na entrevista, o conselheiro avaliou que a evolução recente do Ideb de Goiás foi insuficiente e defendeu uma análise mais profunda da

qualidade do ensino, para além dos índices de aprovação. Ele considera necessário avaliar as condições concretas oferecidas às crianças desde os primeiros anos de formação.

“Não só gaste os 25% de educação. Algumas que gastam com qualidade esses 25%, oferecendo infraestrutura, capacitação para os professores e condições ideais para que os profissionais prestem um bom serviço à sociedade”, afirma.

A discussão ganha relevância porque os problemas da primeira infância não ficam restritos à sala de aula. Os indicadores analisados pelo TCE-GO mostram que educação, saúde, saneamento e assistência precisam ser considerados conjuntamente.

Na saúde, a cobertura contra a poliomielite é de 80,31% em Goiás e 67,21% em Goiânia. Na capital, a cobertura das equipes de Saúde da Família também preocupa, com 43,69%, ante 64,07% no Estado. Para Ferrari, esses indicadores estão diretamente ligados à educação, já que problemas de saúde e alimentação podem comprometer a frequência e o desenvolvimento escolar.

“Se você tiver uma imunização correta, uma alimentação correta nas creches, nas escolas, com melhor formação, vai ter melhoria da qualidade delas. O que isso vai resultar? Em aprendizado melhor. Então é um ciclo vicioso que começa com a ausência do Estado”, afirma. O conselheiro também alerta para os efeitos das mudanças climáticas sobre a saúde e a frequência escolar, citando impactos provocados pelo calor, poeira, fumaça e outros eventos extremos.

Outro desafio é a falta de integração entre as áreas. Auditoria nacional citada no ENAPI, com 155 municípios, apontou que 91% desenvolvem ações de saúde e educação para a primeira infância de forma desarticulada. Para Ferrari, políticas de educação, saúde, assistência, saneamento e infraestrutura precisam atuar de forma conjunta.

Nesse cenário, os tribunais de contas também ampliam sua atuação: além de verificar a legalidade dos gastos públicos, passam a avaliar se os recursos aplicados estão, de fato, produzindo resultados para a população.

Ferrari defende auditorias operacionais e de conformidade capazes de medir a qualidade das políticas públicas e cobrar mudanças quando os indicadores não evoluem. “Você não pode estar tão diversando dizer que ações da área da educação sejam o gasto essencial, você tem que abrir a prioridade e estabelecer critério”, afirma.

O objetivo, segundo ele, é fazer com que os indicadores deixem de ser apenas números apresentados em relatórios e passem a orientar decisões de governo. O Comitê Técnico da Primeira Infância do IRB trabalha com um conjunto de indicadores considerados estratégicos para identificar onde estão os principais problemas e quais áreas precisam de intervenção.

Durante o ENAPI, a proposta é ampliar esse debate e consolidar compromissos dos gestores com a primeira infância. Ferrari afirma que candidatos e autoridades já receberam o documento “Eu me comprometo com a primeira infância”, que reúne compromissos relacionados à vacinação, pré-natal, alimentação, creches, educação e saneamento.

Os dados também mostram que Goiânia apresenta resultados positivos em infraestrutura. A capital tem 99,01% de acesso à água potável e 98,04% de cobertura de esgotamento sanitário, índices superiores aos registrados em Goiás e no Brasil. Por outro lado, permanecem gargalos em creches, vacinação e atenção básica.

A reportagem procurou a Secretaria de Estado da Educação (Seduc-GO), a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (SME) e o Governo de Goiás para saber quais medidas estão sendo adotadas diante dos dados apresentados. Até o fechamento desta reportagem, não houve resposta.

Ferrari defende que a primeira infância seja tratada como política de Estado, com acompanhamento permanente dos indicadores e cobrança por resultados. Para ele, garantir o desenvolvimento das crianças exige uma rede articulada de educação, saúde, alimentação, proteção e assistência.